

## SUMÁRIO

ABREVIATURAS .....	9
INTRODUÇÃO .....	15
<b>1. O REGIME JURÍDICO DOS PRECATÓRIOS: SUA RAZÃO DE SER .....</b>	<b>21</b>
1.1. O porquê do regime jurídico de pagamentos mediante precatórios .....	21
1.2. A origem e evolução histórica do regime de precatórios.....	25
1.3. A constitucionalização do regime de precatórios .....	30
1.4. Os precatórios na Constituição de 1988: sucessivas mutações.....	35
1.5. A moldagem do regime de precatórios .....	44
<b>2. O REGIME JURÍDICO DO PRECATÓRIO: SEUS LIMITES OBJETIVOS E SUBJETIVOS.....</b>	<b>47</b>
2.1. A necessidade de limites ao pagamento mediante precatórios.....	47
2.2. Os limites de ordem objetiva.....	49
2.3. Limites de ordem subjetiva .....	51
2.4. A “Fazenda Pública” e as “entidades de direito público” sujeitas ao regime jurídico dos precatórios .....	53
2.4.1. O conceito normativo de “Fazenda Pública” .....	53
2.4.2. O conceito normativo de “entidades de direito público” .....	62
2.5. As empresas estatais e o regime dos precatórios .....	65
2.6. As empresas estatais, o regime dos precatórios e o entendimento do STF.....	71
2.7. Os conselhos de fiscalização profissional e o regime de precatórios.....	77
<b>3. O PAGAMENTO DOS PRECATÓRIOS.....</b>	<b>79</b>
3.1. O procedimento de pagamento de precatórios.....	79
3.2. Da execução e do cumprimento de sentença .....	79
3.2.1. A previsão do CPC/73 .....	80
3.2.2. A previsão no CPC .....	81

3.3.	Processo de pagamento das dívidas judiciais da Fazenda Pública.....	82
3.3.1.	Cumprimento de sentença.....	82
3.3.2.	Execução de título extrajudicial.....	86
3.4.	O ofício-precatório (ou precatório).....	87
3.5.	O momento de apresentação.....	91
3.6.	A atualização monetária.....	93
3.7.	Os juros de mora.....	95
3.8.	Apresentação do ofício-precatório e equívocos nas informações.....	98
3.9.	O procedimento administrativo depois da expedição de precatórios: recursos ...	100
3.10.	Alteração da natureza do precatório.....	101
3.11.	Compensação de precatórios.....	102
3.12.	Recebimento do ofício-precatório pelo presidente do Tribunal.....	105
3.13.	Sequestro de verba.....	106
3.14.	Intervenção federal e estadual em razão do não pagamento das dívidas judiciais.....	109
3.15.	Honorários advocatícios.....	111
3.15.1.	Trânsito em julgado e impugnação ao cumprimento de sentença.....	112
3.15.2.	A execução de título extrajudicial.....	114
3.15.3.	Destaque dos honorários.....	114
3.16.	As preferências.....	117
3.16.1.	Titulares de precatórios alimentícios com 60 anos de idade ou mais, portadores de doença grave e pessoas com deficiência.....	117
3.16.2.	Dos precatórios alimentícios e não alimentícios.....	120
3.16.3.	Sobre a Requisição de Pequeno Valor (RPV).....	122
<b>4.</b>	<b>A INADIMPLÊNCIA, CONFLITOS, VIOLAÇÕES LEGAIS.....</b>	<b>125</b>
4.1.	Os conflitos constitucionais e a extinção do crédito tributário.....	125
4.2.	As inconstitucionalidades das EC 30 e 62.....	132
4.3.	A inadimplência e a LRF.....	138
<b>5.</b>	<b>UM NOVO REGIME ESPECIAL E OUTRAS ALTERAÇÕES RECENTES.....</b>	<b>143</b>
5.1.	Reviver a EC 62.....	143
5.2.	O novo regime dos precatórios.....	144
5.2.1.	Alterações no regime ordinário de precatórios.....	144

5.2.2. Observações às normas acrescentadas ao art. 100 da CRFB.....	147
5.2.3. Dívida para pagar dívida .....	149
5.3. Novo regime especial de pagamento de precatórios.....	151
5.4. Depósitos judiciais para pagamento de precatórios .....	153
5.4.1. O regime da Lei Complementar 151/2015 e o uso dos depósitos judiciais .....	154
5.4.2. O regime da EC 94 e a utilização dos depósitos judiciais.....	156
5.5. A convivência do Regime Especial e do Novo Regime Fiscal.....	157
5.6. Cancelamento de precatórios e RPV: a Lei 13.463, de 6 de julho de 2017.....	158
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>163</b>
<b>ANEXO I – EMENTAS DOS <i>LEADING CASES</i> DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....</b>	<b>169</b>
<b>ANEXO II – PRECATÓRIOS E REPERCUSSÃO GERAL.....</b>	<b>181</b>
<b>ANEXO III – PRECATÓRIOS SEGUNDO OS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS .....</b>	<b>191</b>
<b>ANEXO IV – PRECATÓRIOS SEGUNDO O CNJ.....</b>	<b>207</b>
<b>ANEXO V – RESOLUÇÃO CNJ 115, DE 29 DE JUNHO DE 2010 (TEXTO COMPILADO)...</b>	<b>213</b>
<b>ANEXO VI – EMENDA CONSTITUCIONAL 94, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016 .....</b>	<b>231</b>